

Salvar as pessoas, as empresas e o emprego

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Valor Econômico, 23.3.2020

O governo deve garantir a solvência das empresas e o emprego. Não importa o custo do ponto de vista fiscal

Há duas semanas a economista Leda Paulani afirmou que a crise do coronavírus seria mais grave do que a crise de 2008. Minha reação foi um “talvez”. Talvez viesse a ser, mas eu não estava seguro. Agora, estou. Associada à pandemia há uma gravíssima crise econômica em formação que levará ao desemprego e à quebra das empresas de todo o mundo, ou, pelo menos, à uma forte redução de suas receitas e dos seus lucros.

As empresas de serviço estão parando porque todos os eventos que puderem ser adiados estão sendo adiados. As famílias, ameaçadas pelo desemprego, estão reduzindo as suas compras. As empresas comerciais estão enfrentando uma forte queda de vendas, e as empresas industriais, mesmo que não tenham sido obrigadas a reduzir a produção para evitar a propagação do vírus, não têm alternativa senão diminuir sua produção dada a falta de demanda.

O governo deve garantir a solvência das empresas e o emprego. Não importa o custo do ponto de vista fiscal

Na China, onde primeiro apareceu o coronavírus, houve uma prática bem-sucedida de isolamento ou confinamento social e a expansão da doença parece ter sido controlada, mas diversos estudos indicam que nos primeiros três meses a redução da produção naquele país foi de 30%. É muita coisa. Mesmo que façamos a previsão otimista que no segundo trimestre a produção ficará no nível do ano anterior, e nos dois últimos trimestres aumente 8% a cada trimestre, a queda do PIB chinês em 2020 será de 8% (-12+2+2). É muita coisa, e desconfio que estou sendo muito otimista.

Que fazer diante de um quadro como este? No plano da saúde é o isolamento e o aumento urgente da capacidade do SUS de enfrentar a pandemia. É não poupar gastos para dar capacidade ao Estado de proteger a saúde da população. E no plano econômico? Não pode haver nenhuma dúvida a respeito. O governo deve garantir a solvência das empresas e o emprego. Não importa quanto custe do ponto de vista fiscal.

Uma crise financeira como a Crise Financeira Global de 2008 resultou da quebra de alguns grandes bancos e empresas de seguro e de muitas famílias - todos porque haviam se endividado de maneira irresponsável. Agora não há irresponsabilidade de alguns agentes econômicos situados em posições-chave na economia, mas há a perspectiva de grave redução das vendas e maior redução dos lucros, acompanhada de forte aumento do desemprego porque a melhor defesa que a sociedade tem contra o vírus é o isolamento das pessoas.

A economia mundial deverá ser praticamente paralisada por pelo menos três meses, mas os custos das empresas continuarão a ser incorridos, não apenas os custos fixos, mas também grande parte dos custos variáveis precisarão ser mantidos dado o objetivo de manter o emprego. Em momentos como este, vemos quão importante é ter um Estado forte e capaz. E saber usá-lo. O governo já decretou situação de calamidade pública. Fez bem. Isto o libera dos limites legais estabelecidos para o seu gasto. Está prometendo crédito para as empresas.

Isto é o mínimo. Mas em um quadro completamente novo como esse que o mundo e o Brasil estão enfrentando, o governo precisa também pensar de maneira nova. Agora o que o governo brasileiro, como, aliás, os governos de todos os países, deve fazer é usar seu Estado para salvar as pessoas da morte, para salvar as empresas da quebra, e para salvar os empregos. O Estado em cada nação tem esse tríplice salvamento como capacidade e como missão. Seu governo não pode ficar calculando qual será o impacto de cada medida que tome na dívida pública. Ela aumentará agora como aumentou em todo o mundo em 2008.

Não basta aumentar o crédito para as empresas. No seu último artigo no **Valor** Martin Wolf relata a proposta de dois notáveis economistas, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia, Berkeley. Para eles “a forma mais direta de prover [...] seguro é ter um governo atuando como comprador de última instância. Se o governo substituir totalmente a demanda que se evapora, cada empresa pode continuar pagando seus trabalhadores e mantendo seu estoque de capital, como se estivesse operando [...] normalmente”.

Para colocar em prática uma política como essa é preciso haver coordenação com o Banco Central. Este já reduziu os juros, e foi importante que o fizesse, mas há uma segunda crise, mais precisamente, ameaça de crise que não pode ser desconsiderada. Antes do coronavírus o liberalismo econômico radical do governo, além de causar estagnação econômica, já nos ameaçava com crise financeira - com a continuidade da crise financeira de 2014. Esta foi uma crise financeira interna; foi definida pela falta de expectativas de lucro das empresas e paralisação do crédito privado.

Agora é o crédito externo que está diminuindo, como vemos pela retirada maciça de recursos estrangeiros da Bolsa de Valores brasileira, enquanto o déficit em conta-corrente aumenta principalmente devido ao aumento dos juros, dividendos e serviços pagos ao exterior. É a conta da desnacionalização que nos está sendo cobrada. Com o aumento do déficit em conta-corrente e a diminuição dos financiamentos externos, o dólar alcança a cada dia um novo recorde.

Uma crise financeira crônica? Pode parecer estranho, mas em dezembro de 1998 desencadeou-se uma crise financeira que se tornou crônica, só tendo realmente terminado com a crise financeira de dezembro de 2002. Desta vez, a crise financeira de 2014 e a recessão de 2015-2016 causaram a queda dos salários, da inflação e dos juros, mas a crise não chegou à sua solução por falta de demanda.

Os países ricos estão tomando medidas de emergência para enfrentar a propagação do vírus e a recessão provocada pela paralisação das empresas. O atraso da Itália neste ponto está tendo consequências trágicas para o país. Como vários governadores já se deram conta, o Brasil também não pode se atrasar. Mas seus poderes são limitados. Além de enfrentar o coronavírus e enfrentar a própria recessão, o Brasil precisa recuperar a confiança externa, que foi destruída neste último ano. É preciso que os credores externos vejam que nós também estamos fazendo com responsabilidade a nossa parte no enfrentamento da crise.